

SAÚDE PÚBLICA

Caso de gripe aviária em Minas

Governo identificou doença em ave ornamental e decretou emergência para evitar que vírus contamine granjas comerciais

» ALESSANDRA MELLO
» MARIANA COSTA

O governo de Minas Gerais informou, ontem, que detectou um caso de gripe aviária em aves ornamentais. O local é uma fazenda localizada em Mateus Leme, na Grande Belo Horizonte, que produz frutas exóticas. No município também fica um incubatório que produz pintinhos para granjas

de frangos de corte de todo Brasil.

A Secretaria de Estado de Agricultura informou, ainda, que este não é o primeiro caso registrado em Minas. Em 2023, um pato de vida livre da espécie Cairina moschata foi diagnosticado com a doença, que costuma causar pouco ou nenhum sintoma clínico nas aves e não oferece qualquer risco para os seres humanos.

Em função do caso registrado

ontem, o estado decretou situação de emergência sanitária animal em Minas. A medida, com validade de 90 dias, é necessária para as ações de prevenção, contenção e enfrentamento à doença, incluindo a eventual mobilização de recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros.

Todas as medidas anunciadas pelo governo de Minas fazem parte do Plano de Contingência da Influenza Aviária de Alta

Patogenicidade (IAAP), firmado entre União, estados e setor produtivo, ainda em 2022, quando surgiu o primeiro foco da doença na América do Sul. Até o momento, segundo o Executivo local, não há qualquer comprometimento da produção avícola do estado.

“O que se está fazendo agora é a adoção de medidas preventivas para evitar que o vírus se espalhe nos criatórios comerciais. O que o estado fará é

uma barreira para que o vírus seja eliminado ali. O risco hoje é muito mais da proibição de venda de carne e ovos para outros países do que para as pessoas”, explica o veterinário e diretor do Hospital Veterinário do UniArnaldo Centro Universitário, Bruno Divino.

O especialista lembra, porém, que todos os produtos de origem animal — carnes de boi, frango, porco, peixes, além de ovos e mel — devem ser inspecionados.

“Minas tem um serviço de inspeção muito robusto, é uma referência nacional. As pessoas precisam procurar nas embalagens se o produto tem o selo do serviço de inspeção. Se tiver, é uma garantia da segurança desses alimentos”, observa.

O veterinário acrescenta que as pessoas devem evitar o consumo de alimentos que não passam por essa inspeção, além de consumir os produtos cozidos.

BRASIL EM TRANSFORMAÇÃO

mineração no Brasil e no exterior

A mineração molda não apenas a economia nacional, mas também a paisagem geopolítica global. Para aprofundar o tema, será realizado o evento “Brasil em Transformação: mineração no Brasil e no exterior”.

03/06
a partir das 8h



Escaneie o QR Code e saiba mais sobre o evento

Patrocínio:



Apoio:



Realização:



CNA reage contra boicote

» RAFAELA GONÇALVES

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) apresentou uma petição à Comissão Europeia para investigar varejistas franceses que deram declarações contra a carne brasileira e pediram boicote aos produtos vindos de países do Mercosul, em novembro do ano passado.

Uma comitiva brasileira foi a Bruxelas para entregar o documento. O texto alega que declarações infundadas de quatro empresas francesas infringiram regras concorrenciais do bloco europeu e colocaram em risco a reputação dos produtos brasileiros e do Mercosul.

Trata-se do Carrefour, Les Mousquetaires, E. Leclerc e

Coopérative U. Na petição constam as declarações públicas feitas pelas lideranças dos supermercados franceses, no qual pedem engajamento no boicote por todo o setor agroalimentar, indo além das cadeias varejistas.

“Os varejistas declararam explicitamente que boicotariam a carne proveniente dos países do Mercosul, o que representa risco ao acesso dos fornecedores de carne do Brasil e de outros países do bloco ao mercado da União Europeia”, argumenta a CNA.

A confederação sustenta, ainda, ter preocupações legítimas de que essas ações coordenadas dos varejistas franceses para exclusão dos fornecedores do Brasil e do Mercosul violam as regras de concorrência da União Europeia.

INTERNET

Brett Jordan/Unsplash



Google: entidades denunciam uso indevido de conteúdo jornalístico

Cade adia julgamento sobre ação do Google

» FERNANDA STRICKLAND

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) adiou para 11 de junho o julgamento de um inquérito que investiga práticas potencialmente anticompetitivas do Google no Brasil. A sessão, inicialmente marcada para esta quarta-feira, analisaria se a gigante da tecnologia abusou de sua posição dominante no ambiente digital ao exibir trechos de conteúdos jornalísticos em serviços como Google Search e Google News sem remunerar os produtores de conteúdo.

O processo se arrasta desde 2018 e foi arquivado no início de 2024. Mas acabou sendo reaberto em abril deste ano, diante da crescente mobilização de entidades jornalísticas e do novo contexto global de regulação das plataformas digitais. As principais acusações alegam a prática de “scraping” — a reprodução de conteúdos jornalísticos sem autorização ou pagamento — e do chamado “self-preferencing”, quando o Google favorece seus próprios produtos e serviços nos resultados de busca.

“Entendemos que é importante o Cade estender o exame do processo especialmente neste momento, em que organismos antitruste de todo o mundo estão avaliando os impactos dos negócios das plataformas”, afirmou Marcelo Rech, presidente-executivo da Associação Nacional de Jornais (ANJ). Para ele, ignorar o debate seria um retrocesso, justamente quando se inicia a era da

inteligência artificial e da automação dos fluxos de informação.

Bia Barbosa, da organização Repórteres Sem Fronteiras (RSF), também defende maior rigor no acompanhamento das atividades das plataformas. “Vivemos em um cenário de baixíssima transparência. É preciso que uma autoridade tenha acesso a dados técnicos para avaliar o real impacto dessas práticas sobre o jornalismo e a concorrência”, pontuou.

Entre as preocupações do setor está a tendência de anunciantes priorizarem espaços patrocinados nas páginas de resposta do Google, em detrimento da publicidade em sites jornalísticos — um fator que agrava a crise financeira dos veículos de comunicação.

Flávio Lara Resende, presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), afirmou: “O favorecimento sistemático dos próprios serviços da empresa nos resultados de busca compromete a livre concorrência, reduz a pluralidade de vozes no ambiente digital e enfraquece o ecossistema jornalístico nacional”.

O posicionamento é compartilhado por outras entidades, como a Aner (Associação Nacional de Editores de Revistas), a Ajour (Associação de Jornalismo Digital) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que veem no julgamento uma oportunidade de estabelecer parâmetros mais justos para a atuação das plataformas digitais no país.